

PROVIMENTO Nº 16, DE 07 DE MAIO DE 2024.

Acrescenta o CAPÍTULO XXIII, ao TÍTULO III, do Provimento CGJ/AL nº 13, de 24 de maio de 2023.

**O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CRFB/88, no qual se determina que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88;

**CONSIDERANDO** o contido no art. 35, I, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 – LOMAN, bem como no art. 118, XI, da Lei Estadual 5.247, de 26 de julho de 1991;

**CONSIDERANDO** a constante necessidade de aprimoramento das atividades administrativas e judicantes, objetivando a efetiva e célere prestação jurisdicional;

**RESOLVE:**

Art. 1º O Provimento CGJ/AL nº 13, de 24 de maio de 2023, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

*“ TÍTULO III*

*DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA EM GERAL*

*[...]*

*CAPÍTULO XXIII*

*DA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO*

*Art. 608-A. Será disponibilizado pela Corregedoria Geral da Justiça formulário eletrônico para avaliação do atendimento ao público, realizado pelas unidades judiciárias do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Alagoano.*

*Art. 608-B. A avaliação do atendimento visa à coleta de dados acerca da percepção dos jurisdicionados, advogados e demais atores processuais quanto à presteza e urbanidade do atendimento realizado por juízes, servidores e estagiários.*

*Art. 608-C. O acesso ao formulário será feito através de link inserido na página inicial do Tribunal de Justiça de Alagoas.*

*Parágrafo único. As unidades judiciárias deverão afixar em local visível ao público em geral, cartaz contendo orientações, bem como o meio pelo qual poderá ser realizada a avaliação do atendimento recebido.*

*Art. 608-D. A Divisão de Inspeção e Correição da Corregedoria realizará a*

*catalogação das avaliações, devendo disponibilizar para cada uma das unidades o relatório estatístico acerca das avaliações realizadas.*

*Art. 608-E. Havendo intercorrências quanto ao atendimento, a unidade judiciária será oficiada a fim de que preste esclarecimentos.”*

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 07 de maio de 2024.

DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO  
DA JUSTIÇA ELETRÔNICO  
Em 08/05/2024

**Des. Domingos de Araújo Lima Neto**  
**Corregedor-Geral da Justiça**